



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

COLECTÂNEA EXAMES

1.º ANO



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Exame de Frequência

Introdução ao Estudo do Direito

7 de Dezembro de 2007

1. A lei X/2002 proíbe a caça de lobos. Na aldeia serrana Y, desde tempos idos, sempre que os lobos atacam os rebanhos organiza-se uma caçada àqueles animais. Estas iniciativas de caçar lobos após ataques a rebanhos têm continuado depois da entrada em vigor da sobredita lei.

Quid juris?

2. António teve uma avaria durante a noite, numa serra, numa estrada com muito pouca circulação. Bernardo passou por lá e António pediu-lhe auxílio, mas aquele recusou-se a prestar-lhe auxílio e seguiu o seu caminho. Neste contexto, não há nenhuma regra de direito positivo que imponha a Bernardo o dever de auxílio, mas António quer responsabilizá-lo por falta de solidariedade para com o seu semelhante. Quid juris?

3. O direito de usufruto, previsto nos arts. 1439.º e segs. do Código Civil, é direito objectivo ou direito subjectivo?

4. Carlos pegou fogo ao automóvel novo que Duarte tinha ido ontem buscar ao stand. Carlos foi condenado a indemnizar Duarte nos termos previstos no art. 562.º do Código Civil. É uma sanção? Em caso afirmativo, de que tipo? Antes da condenação, Carlos e Duarte poderiam acordar que a questão seria resolvida com base na equidade?

5. Durante uma noite de temporal, o navio Z estava em risco de naufragar pelo que o capitão ordenou o alijamento da carga, lançando ao mar 5 contentores carregados de frigoríficos.

Depois de o navio ter atracado no porto de destino, o proprietário dos frigoríficos quer que o capitão do navio seja preso. Quid juris?



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Faculdade de Direito de Lisboa

Teste de Avaliação Contínua de Introdução ao Estudo do Direito – Turma B

4 de Novembro de 2008

Duração: 50 minutos

I

Caracterize e distinga, de forma sucinta, as seguintes figuras: «sanção premial» e sanção compulsória. Exemplifique cada uma das figuras.

(8 valores)

II

Imagine a seguinte situação:

António circulava de automóvel no bairro do Castelo, em Lisboa, quando vê Bento correr na sua direcção, ofegante. António pergunta-lhe se pode ajudar, ao que Bento responde negativamente. De imediato, António continua a circular em direcção à Graça, à medida que vê Bento correr no sentido de Alfama.

Uns Segundos depois, António ouve dois tiros e verifica que os pneus do seu carro tinham sido atingidos. Logo de seguida, é surpreendido por Caio que caminha na sua direcção, gesticulando furiosamente. António, assustado com os tiros e receando nova ameaça, esmurra Caio, deixando-o inconsciente.

Veio a apurar-se que ambos os tiros tinham sido disparados por Caio, com a intenção de deter António e de reaver os galos de Barcelos furtados da sua loja por Bento um minuto antes.

Provou-se ainda que Caio supões (i) que os galos de Barcelos estavam dentro do carro de António e (ii) que este era cúmplice de Bento.

Quid iuris?

(12 valores)



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Faculdade de Direito de Lisboa

Introdução ao Estudo do Direito

Avaliação Contínua – Turma A

3 de Abril de 2006

Duração: 50 minutos

I

Considere a seguinte hipótese

A lei n.º 3/2003, de 10 de Janeiro, determina que (artigo único): “1. As instalações de gás devem ser objecto de inspecções periódicas bianuais. 2. As instalações a que se refere o número anterior devem ser requeridas pelos proprietários dos prédios respectivos”.

O DL n.º 5/2005, de 2 Abril, determina que (artigo único): “1. As instalações de gás de estabelecimentos de restauração devem ser objecto de inspecções periódicas trimestrais. 2. As inspecções a que se refere o número anterior devem ser requeridas pelos proprietários dos estabelecimentos e podem ser oficiosamente realizadas pelas Câmaras Municipais”.

A Lei n.º 6/2006, de 4 de Janeiro, determina que (artigo 1.º) “As instalações de gás devem ser objecto de inspecções semestrais. (art. 2.º): “ A presente lei entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação”.

António, proprietário do restaurante “Insular”, no Funchal, foi autuado em 12 de Julho de 2005 pela Câmara Municipal respectiva, por incumprimento do DL n.º 5/2005, «uma vez que decorreu já o prazo de três meses, sem que tenha requerido inspecção às instalações de gás do restaurante “Insular”».

António contestou a imputação da Câmara, alegando que o DL n.º 5/2005 fora revogado pela Lei n.º 6/2006 e que, assim sendo, foi reposta em vigor a Lei n.º 3/2003.

Responda sucinta, mas fundamentadamente, às seguintes questões:



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

1. Aprecie a pretensão da Câmara Municipal do Funchal.
2. Aprecie a argumentação de António, determinando, de entre as normas legais referidas, quais as que se encontram actualmente em vigor relativamente aos estabelecimentos de restauração, considerando apenas os dados fornecidos.

II

Distinga fundamentadamente:

1. A regra especial e a regra excepcional.
2. Jurisprudência constante e costume jurisprudencial.



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Faculdade de Direito de Lisboa

Introdução ao Estudo do Direito

Avaliação Contínua

15 de Maio de 2006

Duração: 50 minutos

I

Considere a seguinte hipótese

Amândio (A), residente em Viseu, contratou em Dezembro de 2000 os serviços da sociedade Belcabo SA (B), fornecedora de televisão por cabo e linha telefónica. À data da celebração do contrato, a actividade do fornecimento daqueles serviços era regulada pelo DL X, de 20.05.1995. O referido DL X determina que a facturação do serviço deve realizar-se mensalmente, mas nada dispõe sobre o modo de celebração do contrato, pelo que A e B optaram por celebrá-lo verbalmente.

Entretanto, em 10 de Outubro de 2006, foi publicado o DL Y, que, tendo por objecto a actividade de fornecimento daqueles mesmos serviços, dispõe que (i) o contrato de fornecimento de televisão por cabo e linha telefónica deve ser celebrado por escrito e que (ii) a facturação deve ser detalhada, se o cliente o solicitar.

Tendo experimentado vários dias de sinal televisivo de má qualidade e quebras de linha telefónica que o impediram de telefonar diversas vezes, e deparando com a recusa constante por parte de B de apresentação de facturas detalhadas, A pretende agora saber:

- a) se o facto de o contrato ter sido celebrado verbalmente afecta a sua validade considerando o que dispõe o DL Y;
- b) se pode exigir a entrega de facturas detalhadas e, em caso afirmativo, desde quando.

Responda, justificadamente, às questões suscitadas por A.

II



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Responda, fundamentadamente, às seguintes questões.

1. Explícite em que correspondem as correntes subjectivista e objectivista na interpretação da lei, referindo se e de que modo as mesmas têm consagração no art. 9.º do CC.
2. Distinga interpretação doutrinal e interpretação autêntica.

Cotação: I - 12v. / II – 1: 4v.;2: 3 v./Português e organização das respostas = 1 v.



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Introdução ao Estudo do Direito

21/05/07

I

Amílcar e Bernardo são grandes amigos e trabalham juntos na sociedade “WXZ, S.A.”.

Amílcar tem 17 anos, completou a escolaridade obrigatória, e desempenha funções de ajudante da secretaria. Bernardo, de 22 anos, optou por realizar um curso técnico-profissional de jardinagem, tendo sido contratado, há seis meses, para se ocupar dos frondosos jardins da sede da empresa.

No passado dia 15 de Março, foi publicado o Decreto-Lei n.º112/07 que alterou, substancialmente, o Código do Trabalho (CT). Entre as alterações mais discutidas em sede de concertação social contam-se as introduzidas nos artigos 33.º e 54.º que rezam assim: “Artigo 33.º - São nulos os contratos de trabalho celebrados com menores.” E ainda “Artigo 54.º - É expressamente proibido aos trabalhadores fumar no local de trabalho.”

Há dois dias, Carlos, administrador da sociedade chamou Amílcar ao seu gabinete e comunicou-lhe que, com muita pena sua, deveria abandonar imediatamente a empresa, porque a lei tinha deixado de permitir que os menores desempenhassem funções laborais. Amílcar aceitou, resignado, a infeliz notícia e foi procurar o seu amigo Bernardo nos jardins da empresa. Bernardo ficou irritadíssimo com a injustiça, tanto mais que deixaria de gozar da boleia de Amílcar para o trabalho, e aconselhou-o a voltar a estudar enquanto não fazia 18 anos. Já Amílcar se havia afastado quando Bernardo, acariciando as últimas rosas deste estio de Maio, acendeu um pensativo cigarro... eis senão quando Carlos aparece e ameaça despedilo com o fundamento de que, desde Março, é expressamente proibido fumar no local de trabalho e que, por isso, deveria apagar imediatamente o seu cigarro. Bernardo responde, agastado, que todos os trabalhadores vinham ao jardim fumar e que não via razões para que ele não pudesse fazer o mesmo. Carlos retorquiu lembrando-lhe ser o jardim o seu local de



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

trabalho e que, nos termos do artigo 54.º do CT, é expressamente proibido fumar no local de trabalho. Bernardo replicou dizendo que trabalha na empresa há quatro anos e que quando começou a trabalhar “isto não era nada assim...”.

Quid juris? (12 valores)

II

Distinga, sucinta e fundamentadamente:

- a) Excepcionalidade material e excepcionalidade formal; (3valores)
- b) Retroactividade ordinária e retroactividade agravada. (3valores)

Ponderação Global: 2 valores



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

I

Clara tornou-se Leitora da Biblioteca Municipal de Cascais no dia 17 de Novembro. No momento da sua inscrição, foi-lhe exigido o pagamento de cinco euros nos termos do referido artigo 7º do Regulamento da Biblioteca. No dia 20 de Novembro, Clara encontrou o seu amigo Armindo e este contou-lhe que fora alterado o artigo 7º do Regulamento da Biblioteca e que a inscrição como Leitor passara a ser grátis.

Responda fundamentadamente às seguintes questões:

1. Clara, tem esperança que lhe sejam devolvidos os seus cinco euros. O que lhe parece?
2. Se Clara puder exigir a devolução dos seus cinco euros estaremos perante uma situação de retroactividade?
3. Quantas regras identifica no Regulamento da Biblioteca? Qual a sua previsão e estatuição?

II

Responda sucinta mas fundamentadamente às seguintes questões:

1. Distinga nulidade de anulabilidade;
2. Distinga lei em sentido formal de lei em sentido material;
3. Será correcto dizer que o Direito é um mínimo ético em relação à moral?
4. Distinga ratio legis, vacatio legis e occasio legis.



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Faculdade de Direito de Lisboa

Exame Final Introdução ao Estudo do Direito

06.06.2006

Duração: 3h00

I

Considere a seguinte hipótese:

Vasco (V) proprietário de um estabelecimento de jardim de infância em Tavira, celebrou verbalmente em 10 de Outubro de 2005, um contrato com a sociedade transportadora Zulmira – Autocarros do Sul, Lda. (Z). O contrato destinava-se ao transporte dos alunos do jardim de infância e foi celebrado pelo prazo de um ano.

À actividade de transporte de crianças reportava-se então o DL X/2000, de 31 de Janeiro, que, nada determinado quanto à forma da celebração dos contratos de transporte¹, estabelecia, entre outras coisas, que (a) os motoristas devem receber formação adequada, (b) o presente Decreto-Lei entra em vigor no prazo de um mês.

A Lei Y/2006, de 22 de Maio, regulando a mesma matéria, veio determinar que (c) só podem celebrar contratos de transporte de crianças as empresas transportadoras licenciadas pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, devendo os contratos ser celebrados por escrito, (d) os motoristas devem receber formação adequada, com a duração mínima anual de 30 horas, (e1) o preço do transporte cobrado pelos estabelecimentos de ensino aos encarregados de educação não pode exceder €30 por mês, (e2) a regra anterior aplica-se aos transportes efectuados desde 15 de Setembro de 2005, (f) é interdito aos vigilantes das viaturas de transportes de crianças o consumo de bebidas alcoólicas.

Desde o início de vigência do DL X/2000 que a sociedade Z forma os seus motoristas em cursos com a duração de 15 horas anuais.

¹ Cfr. O art. 219.º do CC.

O preço actualmente praticado por V por cada criança transportada é de €50 por mês, com vencimento no dia 1 de cada mês.

Manuel (M) é um dos vigilantes do transporte de crianças efectuado por V. No passado Domingo, Noé (N), o gerente da empresa transportadora, encontrou M num bar de praia, tendo reparado que bebia algumas cervejas. Por tal facto, N instaurou a M um processo disciplinar, com fundamento na violação da regra (f) da Lei Y/2006.

1 Cfr. O art. 219.º do CC.

Responda fundamentadamente, às seguintes questões, considerando apenas os dados fornecidos:

1. Em que data iniciou o DL X/2000 a respectiva vigência? (1,5v.)
2. A sociedade Z pretende saber se a regra (d) da Lei Y se aplica aos motoristas afectos ao serviço de V. Quid iuris? (2,5v.)
3. Os encarregados de educação pretendem exigir a diferença paga relativamente à quantia fixada pela lei Y/2006. Quid iuris? (2v.)
4. Aprecie a actuação de N relativamente a M. (3v)
5. António (A) é proprietário de uma empresa de transportes de passageiros, actividade que é regulada pelo DL U/2001, que determina deverem os motoristas ter “formação anual adequada”. A pretende saber se a formação de 10 horas anuais que actualmente fornece aos respectivos motoristas é adequada, tendo presente o que se dispõe sobre a matéria na Lei Y/2006 (3 v.).

II

Responda, sucinta mas fundamentadamente, às seguintes questões:

1. Distinga sanção reconstitutiva e sanção compensatória (1,5 v.);
2. Distinga regra especial e regra excepcional (1,5 v.).

III



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

«O positivismo jurídico do século XIX teve uma tarefa manifestamente histórica; teve que recolocar o aspecto existencial do direito, o seu carácter positivo, no campo de visão. Contudo, após o terrível abuso do direito causado pelo pensamento positivista extremo do nosso século [XX], é agora nossa missão descobrir algo de “indisponível”, que coloque a arbitrariedade na disposição e interpretação do direito dentro de limites (...)» [Arthur Kaufmann, in Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas, AA. VV (trad. Portuguesa de M. Keel e M. S. Oliveira), FGG, Lisboa, 2002].

Comente a afirmação, considerando a oposição entre os movimentos positivistas e antipositivistas (máximo de 40 linhas; 4v.)

Ponderação global: 1v.



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito

Exame Final de Introdução ao Estudo do Direito – Turma A

Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa

4 de Julho de 2007 – Duração: 3 horas

I

Com o objectivo de promover a reabilitação da zona histórica do Bairro Alto, que há muito se vem degradando, e de, consequentemente, promover o turismo nessa zona, a Câmara Municipal de Lisboa emanou o Regulamento nº 3/2007 do seguinte teor:

Artigo 1.º: Os proprietários de imóveis em estado degradado na zona histórica do Bairro Alto em Lisboa, têm de os restaurar, ainda que com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa.

Artigo 2.º: Os contratos de arrendamento que tenham por objecto imóveis degradados situados na zona histórica do Bairro Alto, são nulos, se esses imóveis não forem previamente sujeitos à restauração exigida nos termos do artigo 1.º.

Artigo 3.º: Por motivos de ordem estética, as Escolas de Música de Conservatórios Nacionais que funcionem em edifícios históricos do Bairro Alto não podem pendurar bandeiras ou estandartes com os seus símbolos nas fachadas desses edifícios.

Artigo 4.º: Com o objectivo de evitar uma maior degradação dos imóveis situados na zona histórica do Bairro Alto, é expressamente proibida a entrada de veículos motorizados nessa zona.

Artigo 5.º: Este regulamento entra em vigor no dia 25 de Maio de 2007.

1. Alda, proprietária de um imóvel degradado na zona histórica do Bairro Alto, que adquiriu no dia 15 de Abril, pretende saber se esse imóvel terá de ser restaurado ou se as regras do Regulamento nº 3/2007 se aplicam unicamente aos novos proprietários. Quid iuris? (2,5 valores)

2. Alda pretende ainda saber se o contrato de arrendamento que celebrou com Bento, no dia

20 de Abril de 2007, é válido, dado que o imóvel de que é proprietária ainda não foi restaurado. Quid juris? (2 valores)

3. Dado que apenas existe uma Escola de Música do Conservatório Nacional a funcionar num edifício histórico do Bairro Alto, diga se o Regulamento nº 3/2007 é uma lei formal ou material, atendendo, especificamente, ao seu artigo 3.º. (2valores)

4. Cátia entrou na zona histórica do Bairro Alto com o seu automóvel para ir buscar a sua mãe Idalina que está gravemente doente e a necessitar de internamento hospitalar urgente, para esse efeito tendo destruído uma cancela que serve para impedir a entrada de veículos no Bairro Alto. Cátia considera que agiu licitamente atendendo ao disposto no artigo 4.º do Regulamento n.º 3/2007. Quid juris? (2 valores)

5. No passado dia 30 de Maio, Dário encontrava-se a circular com a sua nova mota na Rua da Rosa, situada na zona histórica do Bairro Alto, quando foi confrontado por Eduardo, agente da autoridade, com a proibição contida no artigo 4.º do Regulamento nº 3/2007. Eduardo pretende autuar Dário e, enquanto este não pagar a coima, pretende apreender a sua mota. Dário defende-se dizendo que a regra contida no artigo 4.º do Regulamento nº 3/2007 apenas proíbe a entrada de veículos motorizados na zona histórica do Bairro Alto, mas não proíbe a circulação destes veículos nessa mesma zona.

5.1. Quid juris? (3 valores)

5.2. Quais as sanções que Eduardo pretende impor a Dário? (1,5 valores)

II

Responda sucinta mas fundamentadamente às seguintes questões:

1. Distinga regras injuntivas de regras dispositivas. (2valores)

2. Que critérios lhe parecem mais adequados para distinguir direito e moral? (3 valores)

Ponderação global: 2 valores



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

PERGUNTAS DE ORAIS

01. Distinga direitos patrimoniais de direitos não patrimoniais
02. Distinga direito público de direito privado.
03. Distinga direitos relativos e direitos absolutos.
04. Qual a diferença entre leis e decretos-lei?
05. Todas as regras que compõem a ordem social são regras de direito?
06. Distinga ordem de facto e ordem normativa?
07. Distinga ordem moral e ordem religiosa.
08. Distinga direito de moral.
09. Defina justiça.
10. Quais as diferenças entre o ser e o dever ser?
11. O que representa a ordem natural?
12. Comente a seguinte afirmação: "ubi societas, ibi jus".
13. Defina instituições.
14. Distinga instituições de grupos.
15. A sociologia do direito teórica analisa o direito através dos factos sociais. Porque é que esta teoria é errada?
16. Qual a diferença entre facto jurídico lato sensu e facto jurídico stricto sensu?
17. E entre facto jurídico stricto sensu e acto jurídico?
18. Defina efeito jurídico.
19. Os direitos subjectivos podem recair sobre o quê?
20. Quais os tipos de sociedade que conhece?
21. O que significa o princípio da subsidiariedade?
22. Qual a diferença entre coercibilidade e imperatividade?

23. Quais os desvalores do acto jurídico?
24. Quais as suas principais diferenças?
25. Defina sanção.
26. O que representa, no artigo 1324º do CC, uma sanção premial?
27. Distinga sanção reconstitutiva, compulsória e compensatória.
28. Quais as características da ordem jurídica? / O que é o direito?
29. Porque é que a estatalidade é ou não é característica do direito?
30. Relacione agora a coercibilidade com a estatalidade.
31. O que significa a reconstituição natural?
32. O que significa a execução específica? Artigo 827º CC.
33. Qual a diferença entre coação e coerção e coercibilidade?
34. Como se distinguem os tribunais arbitrais dos tribunais comuns?
35. Distinga legítima defesa, acção directa e estado de necessidade.
36. É admissível a legítima defesa contra legítima defesa?
37. O que é o sistema jurídico?
38. Qual a estrutura da regra jurídica?
39. O que são princípios jurídicos?
40. Distinga princípios jurídicos materiais e formais.
41. Explicita os princípios de justiça, segurança e eficiência.
42. Quais os tipos de sanções que conhece? Explicita cada uma delas.
43. Na sanção reconstitutiva o que significa a execução específica?
44. O que representa a indemnização compensatória?
45. Existe direito fora do Estado? Porquê?
46. Defina ineficácia.
47. Distinga, com base no CC, os regimes de nulidade e anulabilidade.

48. O que representa a inexistência?
49. A inexistência pode ser considerada uma sanção?
50. De acordo com o artigo 338º CC o que significa a pressuposição errónea da legítima defesa?
51. Porque é que a acção directa tem carácter residual em relação aos outros tipos de auto-tutela?
52. O direito de retenção é uma sanção de que tipo? Em que consiste?
53. Distinga fontes de direito intencionais e não intencionais.
54. Defina equidade.
55. A equidade é uma fonte de direito? Porquê?
56. Qual a diferença entre fontes mediatas e imediatas do direito?
57. A doutrina é uma fonte de direito?
58. O costume é fonte de direito? Porquê?
59. Distinga fontes internas e fontes externas.
60. Os tribunais, segundo a óptica de divisão de poderes, podem ser fontes de direito? Porquê?
61. A jurisprudência é fonte de direito? Porquê?
62. O que representa a jurisprudência constante?
63. Explique o que é a uniformização da jurisprudência.
64. O costume é constituído por dois elementos. Quais?
65. O que é o costume contra legem?
66. Qual a diferença entre uso e costume?
67. Quais os pretensos requisitos do costume?
68. Qual a diferença entre costume secundum legem e praeter legem?
69. Qual a diferença entre costume contra legem e desuso?



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

70. O costume contra legem afasta a vigência da lei? Como relaciona isso como artigo 7º, nº1 CC?
71. O desuso afasta a vigência da lei?
72. Distinga lei em sentido material e lei em sentido formal.
73. Defina lei.
74. Defina vacatio legis.
75. A ausência de publicação da lei implica a sua ineficácia?
76. Qual o período de vacatio legis? Esse período pode ser alterado pelo legislador?
77. Em que casos pode cessar a vigência de uma lei?
78. O que é uma lei revogatória?
79. Distinga revogação expressa de revogação tácita.
80. Distinga revogação simples de revogação substitutiva.
81. Distinga revogação individual de revogação global.
82. Distinga revogação total de revogação parcial.
83. A revogação global pode ser parcial?
84. Em que consiste o princípio da não repriminção? Identifique exceções a esse princípio.
85. Em que consiste a caducidade?
86. Quais os três princípios básicos da revogação?
87. Como é constituída a hierarquia das leis?
88. Qual a relevância da hierarquia das leis?
89. Leis ordinárias e decretos-lei do governo têm igual valor?
90. Pode o costume tornar-se um uso?
91. Distinga abrogação de derrogação.
92. Distinga jurisprudência constante de jurisprudência uniformizada.
93. Em que consiste o costume jurisprudencial?

94. Em que consistem os acórdãos com força obrigatória geral?
95. O que eram os assentos?
96. Qual a diferença entre regras injuntivas e dispositivas?
97. Em que consistem as ficções legais? Distinga-as de presunções absolutas.
98. Distinga presunções ilidíveis de presunções inilidíveis.
99. Distinga normas principais de normas derivadas.
100. Distinga normas de valoração de normas de conduta.
101. Distinga normas dispositivas permissivas de normas dispositivas supletivas.
102. Distinga regras específicas excepcionais de regras específicas especiais.
103. O que são regras supletivas?
104. Quando a lei se aplica no tempo tem de se ter em conta se a lei nova regula factos ou efeitos.
- Explicite, fundamentando com o artigo 12º do CC.
105. Explique os diferentes graus de retroactividade.
106. O que entende por direito transitório?
107. Distinga direito transitório formal de direito transitório material.
108. Distinga factos instantâneos de factos continuados.
109. Distinga efeitos instantâneos de efeitos continuados.
110. Quando a lei nova regula efeitos continuados abstraindo dos factos como se processa a aplicação o artigo 12º do CC? E quando não abstrai desses factos eu lhe deram origem?
111. Quais os elementos de interpretação da lei?
112. O que entende por occasio legis?
113. Em que consiste a interpretação abrogante da norma? Qual o tipo de lacuna resultante deste tipo de interpretação?



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

- 114. Em que consiste a interpretação enunciativa?
- 115. Quais os sub-elementos do elemento histórico e do elemento sistemático de interpretação?
- 116. Defina lacuna.
- 117. Distinga lacuna da lei de lacuna da ordem jurídica.
- 118. Distinga lacunas intencionais de lacunas não intencionais.
- 119. Distinga lacunas manifestas, de colisão e ocultas.
- 120. Distinga interpretação declarativa lata, média e restritiva.
- 121. Distinga interpretação declarativa, extensiva e restritiva.
- 122. Na integração de lacunas o que significa o princípio non liquet?
- 123. Havendo lacuna é possível não dar uma interpretação ao caso?
- 124. Como se procede à integração de lacunas?
- 125. Em que consiste a interpretação correctiva?
- 126. Distinga analogia legis de analogia iuris.
- 127. Em que consiste a lacuna teleológica?
- 128. Distinga jurisprudência dos conceitos de jurisprudência dos interesses.